

# Governo decide reduzir reforma tributária

*Presidente diz que projeto que muda impostos é "muito complicado" e por isso será reduzido ao essencial antes de chegar ao Congresso*

HELENA CHAGAS

LIMA — Com a avaliação de que é "muito complicado" fazer uma reforma tributária ampla, o presidente Fernando Henrique Cardoso vai reduzir ao que considera essencial a proposta que o governo enviará ao Congresso nos próximos dias. Fernando Henrique disse ontem que o projeto do governo, ainda não concluído, vai realmente propor a fusão do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) com o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

A intenção do governo, frisou o presidente, é simplificar o sistema de arrecadação, mudar o Imposto de Renda para cobrar mais das empresas e, mais adiante, baixar alíquotas. "Não adianta pensar que vamos mudar toda a Constituição, temos de nos limitar ao que é essencial, a re- os nós que estão apalhando o Brasil", disse pouco antes de deixar Lima, onde assistiu à posse do presidente do Peru, Alberto Fujimori.

Fernando Henrique admitiu que dificilmente o governo conseguirá mandar a proposta de reforma tributária ao Congresso na terça-feira, quando os parlamentares voltarão das férias de julho, porque o projeto não está concluído. Mas prometeu que as emendas chegarão ao Congresso ainda na primeira semana de trabalho. "Só podemos mandar essas propostas depois de estudos sobre seus resultados e arrecadação."

Antes de embarcar para o Brasil, em conversa com jornalistas, o presidente manifestou opinião de que a

reforma tributária é complicada. Fernando Henrique deixou claro também que espera encerrar no máximo até abril do ano que vem o ciclo de reformas constitucionais de seu governo, pois acredita que a proximidade das eleições municipais de 1996 tornará cada vez mais difíceis as votações no Congresso.

Fernando Henrique, que atribuiu a briga dos governadores em torno da proposta de federalização do ICMS a "uma grande confusão", disse que o governo está procurando uma fórmula para a fusão dos impostos que evite "confusão entre o que é do Estado e o que é da União". O presidente afirmou também não

acreditar que os governadores venham a trabalhar contra essa proposta. "Conversei com vários governadores sobre isso, eles vão ter mais informações."

Fernando Henrique defendeu também alterações no Imposto de Renda para aumentar a carga das empresas. O presidente disse que é preciso aumentar a base de contribuição, mas descartou a possibi-

lidade de cobrança de Imposto de Renda dos assalariados que ganham salário mínimo. Apesar das críticas de vários parlamentares à volta do Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira (IPMF), na forma de uma contribuição social para a saúde, Fernando Henrique acredita que o Congresso aprovará a criação da contribuição. Segundo o presidente, a fórmula jurídica para criá-la ainda está sendo estudada.

■ *Mais informações sobre a reforma tributária no caderno de Economia*

Edivaldo Ferreira/AE



FH, Carlos Menem, Eduardo Frei e Julio Sanguinetti (na primeira fila) na posse de Fujimori